

Os obstáculos que o governo deve superar para chegar ao Plano Brady

por Paulo Totti
de Buenos Aires

O Plano Brady parece com uma campina repleta de flores, onde as pessoas, segundo o presidente Carlos Saúl Menem, vivem tão felizes que "nem precisam preocupar-se com a dívida externa". O governo argentino está também convencido de que o caminho para chegar ao Plano Brady é estreito, espinhoso, cheio de armadilhas e tem duas etapas. Se o Estado ceder às tentações de uma vida perdulária não sobreviverá sequer ao "stand by" e nem acederá ao limbo das Extended Fund Facilities (EFF), obstáculos que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estendeu nas rotas que conduzem ao Brady.

O ministro da Economia, Domingo Cavallo, já tem alinhavadas as suas idéias do que seriam um bom Plano Brady: perdão de 40% no total da dívida (capital e juros) e "rolagem" do vencimento do que restar para o ano 2.042. Recém-chegado dos Estados Unidos, Cavallo reuniu-se na semana passada com sua equipe para examinar as atuais contas do Tesouro e determinar maior rigor na atual política de ajuste. Sem novos sacrifícios, convenceu-se também Cavallo, a Argentina não irá ao Paraíso.

As "facilidades ampliadas" — crédito de US\$ 3 bilhões em três anos — só serão alcançadas em março de 1992, se a Argentina cumprir, durante três trimestres consecutivos, as metas do "stand by" ainda em vigor. Esse crédito de contingência, de US\$ 1,04 bilhão, foi concedido em julho último e está em seu segundo trimestre. Uma equipe de auditores do Fundo Monetário Internacional (FMI) examina em Buenos Aires a performance do governo.

EXIGÊNCIA DO FMI

E já aí começam os obstáculos: o governo acredita estar cumprindo o prometido superávit fiscal (US\$ 900 milhões), obtido não só com o saldo entre arrecadação e gastos, mas também e principalmente com recursos provenientes de privatizações. Para o FMI não vale incluir nessas contas o dinheiro conseguido com a venda de ativos estatais e, para liberar a segunda tranche do empréstimo — em torno de US\$ 240 milhões — quer que a Argentina peça um "waiver" dispensa. A Argentina não quer queimar o "waiver" agora, preferindo deixá-lo para mais adiante, pois são muitas as oportunidades futuras de vir a necessitá-lo. A presença na próxima quarta-feira em Buenos Ai-

res do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, pode ser aproveitada para substituir a exigência técnica por um entendimento político.

Superada a questão do "waiver" — ele seria, afinal, concedido explicita ou implicitamente, mas criaria um precedente comprometedor — resta uma questão mais difícil: discutir os juros atrasados da dívida com os bancos credores. Para saldá-los são legítimos os dólares que a Argentina obteve das privatizações. Os bancos exigirão que a Argentina aumente para US\$ 100 milhões os US\$ 60 milhões que todos os meses deposita à conta dos juros em atraso e pague de uma só vez cerca de 25% dos US\$ 8 bilhões que deixou acumular.

Cumpridas todas essas exigências — assegurado também o superávit fiscal do terceiro trimestre, que, apesar do mau humor dos auditores, só poderá ser conseguido com o "recurso não-genuíno" das privatizações — chegará, em fevereiro, a negociação do EFF. Novas metas terão de ser pactadas e desta vez com um horizonte de três anos.

Nelas, segundo se informava sexta-feira no Ministério da Economia, o governo prometerá um superávit fiscal anual de US\$ 2,5 bilhões e taxas de 6,2% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Se o

FMI não fizer novas exigências, será concedido o EFF, cujos US\$ 3 bilhões poderão ser estendidos a quase US\$ 5 bilhões como uma complementação do Japão (US\$ 1 bilhão) e aportes do Banco Mundial (BIRD).

TEORIA E PRÁTICA

Teoricamente, a Argentina já estaria no Plano Brady, pois utilizaria os US\$ 5 bilhões para adquirir o ingresso: daria as garantias para o refinanciamento de uma dívida que espera pagar meio século mais tarde e adquiriria os bônus do Tesouro norte-americano (Zero Bonds) vinculados ao programa.

Na prática sobrevive um problema: se a liberação do EFF for como a fórmula aplicada para Hungria, Polônia, Tunísia e Venezuela, que obtiveram o EFF mas não entraram no Plano Brady — o dinheiro foi liberado parceladamente, a cada seis meses —, os US\$ 5 bilhões não serão suficientes para pagar todas as garantias. Para a Argentina interessa o EFF se for liberado de uma só vez, como disse na semana passada o chanceler Guido Di Tella. O México conseguiu um EFF superior, de US\$ 6,5 bilhões, de uma só vez, e com isso comprou a entrada para o Brady. Este será mais um tema a ser discutido quarta-feira próxima com Michel Camdessus.

Até agora o governo argentino não tem consegui-

do um êxito absoluto nas conversações com os técnicos do FMI. O chileno Armando Linde, que dirige a equipe de auditores em Buenos Aires, e seu chefe imediato, Ted Beza, parecem mais atentos aos números do que aos discursos e não aceitam, por exemplo, que o governo esteja retirando recursos do Banco de La Nación para fechar suas contas, em troca de futuros ingressos fiscais. Mas Cavallo e o próprio presidente Menem confiam que entendimentos "mais acima", com Camdessus, com o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, e com o presidente George Bush servirão para superar as idiossincrasias de tecnocratas.

Até lá, o ajuste interno será maior e já na sexta-feira passada se conheciam alguns de seus sinais. O governo anunciou que vetará a lei do Senado que manda pagar a vista os reajustes de aposentadorias já decididos pela Justiça — o governo pretende pagá-los com um bônus com vencimento de seis anos. E vai passar para o caixa do Tesouro os US\$ 60 milhões que obterá com a venda de imóveis pertencentes às Forças Armadas. Por iniciativa anterior, o próprio governo, com a aprovação do Congresso, se comprometera a destinar esse dinheiro à reforma do Exército, da Marinha e da Força Aérea.